



Parecer sobre o projeto
de alteração do FUNDOPESCA

A pesca precisa de justiça!

A Assembleia Regional dos Açores está a discutir uma proposta de alteração nas condições para atribuição do FUNDOPESCA. A proposta, votada pelos partidos da oposição representados na Assembleia Regional dos Açores, *independentemente da sua boa intenção*, está errada, porque contribui para manter todo um sistema de governança das pescas injusto, discriminatório para os pescadores, facilitador da especulação no circuito de comercialização do pescado e pouco transparente.

A 20 de Março esta cooperativa denunciou uma situação de especulação verificada num porto da ilha do Pico (mas que poderia ocorrer em qualquer outra ilha), da qual resultou a venda de mais de duzentos kgs de peixe a **0,01 € (um cêntimo)**.

Tendo apenas como referência a venda desta embarcação de pesca, se as regras que vigoram na União Europeia com base OCM dos produtos da pesca fossem respeitadas, (e a portaria 76/2013 o não permitisse), o valor bruto da venda do pescado em lota (403 Kgs por 294 euros) o peixe teria sido vendido, no mínimo, por 860 euros... isto é por valor superior.

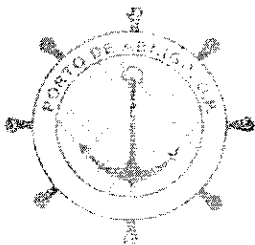
Chama-se a atenção que o Governo decidiu antecipar o pagamento das ajudas ao poseima á agricultura no entanto, no que diz respeito á pesca, ainda nada se sabe.

De todas estas situações o Governo dos Açores é responsável, no entanto, Assembleia Regional dos Açores tem sido incapaz de desempenhar o seu papel de fiscalização das boas práticas governativas e de avaliação das políticas do Governo para o sector.

Importa sublinhar que, se o FUNDOPESCA não contempla quebras de rendimentos, devidas a más safras (incluindo-se nestas as decorrentes de razões biológicas), é porque o Governo não aceitou que estas situações fossem contempladas na lei. **Neste momento impõe-se a atribuição de ajudas de emergência ao sector da pesca e isso tem que ser feito, recorrendo a fundos da Segurança Social.**

Mudar, para ultrapassar a crise

Em Janeiro de 2013 uma delegação da Cooperativa Porto de Abrigo entregou à Presidente da Assembleia Regional dos Açores proposta para que aquele órgão realizasse debate, *aberto á sociedade civil*, sobre implementação da Reforma Política Comum de Pescas e da Política Marítima Integrada nos Açores. Essa proposta foi acolhida favoravelmente pela Presidente da Assembleia e pelos partidos da oposição, mas foi recusada pelo partido da maioria que suporta o Governo. Tal debate, a ser realizado, teria permitido ao novo



Governo assumir consciência dos erros praticados e corrigi-los a retoma da situação de crise que a afeta o sector.

Hoje, o mais importante não é discutir o numero de dias necessário para acionar o FUNDOPESCA, importa é discutir porquê um sector determinante para a economia dos Açores está em estado comatoso e, como ultrapassa-lo!

É possível alterar o atual ciclo de crise no qual vivem toda a economia da pesca, mesmo a situação dos agentes da fileira que se aproveitam para especular com o trabalho dos pescadores.

Ponta Delgada, 26 de Março de 2015

Em representação dos órgãos sociais

O Presidente da Direção

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	0941 Proc. n.º 105
Data	015 / 03 / 26 N.º 46/X